

Assinado digitalmente

ESLEN PARRON MENDES

Secretário Adjunto de Administração

Página 1 de 1

(Port. 1493/2024)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO / GEO-OBRA
PUBLICAÇÃO TERMO APOSTILAMENTO**

PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO N.º 289/2021 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 006/2021. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. CONTRATADO: THAIS SALTON GNOATO EPP. DATA: 09/05/2024. VALOR: R\$ 66.813,67. CONSTITUI OBJETO DESTES TERMO APOSTILAMENTO, REAJUSTAR O VALOR CONTRATO N.º 289/2021. DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO DISTRITO DE PRIMAVERA DO NORTE. SORRISO MT 10 DE MAIO DE 2024. PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE. BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.509, DE 10 DE MAIO DE 2024.**

PORTARIA Nº 1.509, DE 10 DE MAIO DE 2024.

Nomeia para o cargo em comissão de Assessor de Departamento de Segurança Pública a Servidora que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear Denise Karine da Silva, matrícula nº 14956, para o cargo em comissão de Assessor de Departamento de Segurança Pública, lotada na Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 10 de maio de 2024.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESLEN PARRON MENDES Secretário Adjunto de Administração

**CULTURA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO Nº 001/2024 - CMPC**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO Nº 001/2024 - CMPC

Edital de Convocação da classe artística das câmaras temáticas elencadas na Lei 2.213/2013 para Composição do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC do Município de Sorriso Gestão 2024 – 2026, conforme artigo nº 16º da Lei 2.213/2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE SORRISO - CMPC, no uso da sua competência legal e nos termos da Lei Municipal nº 2.213/2013, de 18 de junho de 2013, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura, estabelece diretrizes para as políticas municipais de cultura, e dá outras providências, devidamente regulamentada pelo Decreto Municipal nº 717 de 27 de maio de 2022, em conformidade com o que determina o Regimento Interno do CMPC aprovado em plenária da Conferência Municipal de Cultura em 13 de março de 2020, torna público, para conhe-

cimento dos interessados, o presente Edital de Convocação da classe artística para apresentarem suas candidaturas para o Pleito de 2024-2026, na Eleição para titulares e suplentes, para compor o colegiado do Conselho Municipal de Políticas Culturais do município de Sorriso-MT, a ocorrer no dia **08 de junho de 2024**, às 14h no Auditório Farroupilha do Centro de Eventos Ari José Riedi, localizado na Avenida Blumenau Sul, nº 1451, Bairro Rota do Sol, nesta cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições que seguem.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Sorriso – CMPC constituiu-se em um órgão colegiado consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, com participações do Poder Público e da Sociedade Civil, na forma paritária, que tem por finalidade orientar e deliberar nas elaborações e execuções das políticas culturais do município de Sorriso, no estado de Mato Grosso, fundamentado nos princípios da transparência e democratização da gestão cultural, para desenvolver e fomentar as atividades culturais em conformidade com as legislações municipais, estaduais e federais, prestando com isso o assessoramento, fiscalização e monitoramento das ações culturais medradas no município de Sorriso.

1.2 O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Sorriso – CMPC institucionaliza e organiza a relação entre a administração municipal e a sociedade civil e integra o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude – SEMCULTJ, e constituiu-se no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC. É a Ligação entre a Administração Pública Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, promovendo a participação destes na elaboração, na execução e na fiscalização da política cultural de Sorriso.

1.3 Todas as etapas serão realizadas no município de Sorriso-MT.

1.4 Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário local (Sorriso, Mato Grosso).

2. DO OBJETO

2.1 Constituiu-se objeto deste Edital a eleição dos novos representantes das câmaras setoriais culturais que tomarão posse como membro titular e os respectivos suplentes no Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC para o biênio 2024-2026 conforme composição vigente de acordo com a Lei Municipal 2.213/2013; pelo Decreto Municipal 717/2022 e pelas normas do Regimento Interno do CMPC aprovado em plenária da Conferência Municipal de Cultura em 13 de março de 2020, e regulamentado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais de Sorriso, Mato Grosso.

3. DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS:

3.1 Conforme o Art. 16 da Lei Municipal 2.213/2013, o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Sorriso, terá a seguinte composição:

I - O Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Juventude ou o Gestor do Departamento de Cultura do Município de Sorriso como Membro Nato, e mais:

II - 07 (sete) Representantes do Poder Público e Sociedade Civil Organizada, sendo:

a) Um representante do Poder Executivo Municipal.

- b) Um representante do Poder Legislativo Municipal.
- c) Um representante do Poder Judiciário.
- d) Um representante do Ministério Público.
- e) Um representante da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.
- f) Um representante da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas.
- g) Um representante da ACES - Associação Comercial e Empresarial de Sorriso.

III - 07 (sete) Representantes das Classes culturais do Município, sendo:

- a) Um representante das Câmaras de Artes Visuais.
- b) Um representante das Câmaras de Artes Cênicas.
- c) Um representante das Câmaras de Cultura Popular.
- d) Um representante das Câmaras de Música.
- e) Um representante das Câmaras de Áudio Visual.
- f) Um representante das Câmaras de Artesanato.
- g) Um representante das Câmaras d Patrimônio Cultural de Literatura.

4. DAS VAGAS NAS CÂMARAS TEMÁTICAS ELEITAS EM FORUM

4.1 Estão disponibilizadas vagas para Conselheiro Municipal de Políticas Culturais, para cada área ou segmento cultural, constantes nas alíneas a, b, c, d, e, f e g do inciso III, do artigo 16 da Lei nº 2.213/2013 de 18 de junho de 2013.

4.2 Conforme o § 1º, III, Art. 16 da Lei Municipal 2.213/2013, os representantes dos Poderes Públicos e Sociedade Civil Organizada serão indicados pelos seus Gestores e os Representantes das Classes Culturais serão eleitos em Fórum conforme determina a Lei.

4.3 Conforme o § 2º, III, Art. 16 da Lei Municipal 2.213/2013, o segundo colocado de cada segmento cultural eleito, automaticamente será nomeado suplente ao cargo pleiteado. Caso não tenha dois candidatos, o suplente será nomeado pelo próprio Conselho Municipal de Políticas Culturais, após a posse de seus membros, e no momento que se fizer necessário (afastamento do titular).

4.4 Conforme o § 3º, III, Art. 16 da Lei Municipal 2.213/2013, em caso de não existir candidatos de algum segmento cultural elencado neste artigo, os eleitores cadastrados de outros segmentos farão a escolha, através de voto, dentre candidatos de outros segmentos culturais dispostos a assumir tal vacância.

4.5 Os representantes da Sociedade Civil, que serão indicados ao Conselho Municipal de Políticas Culturais, serão admitidos após indicação oficial do Órgão que se faz representar, em data posterior à Eleição deste Edital.

4.6 Em tempo hábil, as alterações em Fórum, definidas na Lei nº 2.213/2013, serão encaminhadas à Câmara Municipal de Vereadores para as adequações pertinentes, sendo validadas em Fórum e adotadas a partir deste.

4.7 Imediatamente após o resultado da Eleição, este será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, para através de Decreto Municipal, dar posse aos novos Conselheiros Eleitos.

5. DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO CMPC

5.1 Conforme o Art. 20 da Lei Municipal 2.213/2013 são atribuições e competências da CMPC:

I - Contribuir com o processo de organização e consolidação das políticas culturais, assumindo co-responsabilidade com relação às seguintes ações:

- a) Contribuir com a elaboração do Plano Plurianual;
- b) Executar a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, a Preservação e Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Sorriso, de acordo com o estabelecido em legislação específica;
- c) Gerenciar o Cadastro Cultural do Município de Sorriso - CCM;

d) Estimular a integração intermunicipal para a promoção de metas culturais conjuntas.

II - Acompanhar e fiscalizar a execução financeira do Fundo Municipal de Cultura.

III - Acompanhar a execução dos projetos culturais da administração municipal e de projetos da sociedade civil financiados por ele;

IV - Contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura;

V - Apreciar e apresentar sempre que solicitado parecer sobre os termos de parceria a ser celebrados pelo município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCISPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99;

VI - Articular-se com órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis pela gestão pública da cultura, de modo a garantir o desenvolvimento equilibrado dos programas culturais existentes no Município de Sorriso, evitando a sobreposição de ações;

VII - Acompanhar o processo de planejamento, execução e avaliação das ações e metas estabelecidas no Plano Plurianual;

VIII - Manter intercâmbio com outros municípios, estados e países, de modo a contribuir com a formação de um circuito que estimule a produção, criação e circulação de bens culturais;

IX - Elaborar e aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

X - Acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo município para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura.

6. DA HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO

6.1 Conforme determina o § 2º, Art. 24 da Lei Municipal 2.213/2013, bem como o artigo 7º do Regimento Interno do CMPC, para participar das Câmaras Temáticas, bem como participar do processo de eleição, com direito a voz e voto, o artista e/ou produtor cultural deve estar devidamente inscrito no segmento correspondente do Cadastro Cultural do Município – CCM, Pessoas Físicas, residentes e domiciliadas pelos últimos 24 (vinte e quatro) meses em Sorriso-MT, com evidenciada atuação na área cultural por meio de currículo ou portfólio de atividades já desenvolvidas.

6.2 A eleição prescinde de cadastramento junto ao CCM - Cadastro Cultural do Município, regulamentado neste edital convocatório, de integrantes de cada segmento cultural para que os mesmos tenham direito a voto e a serem votados como candidatos.

6.3 A eleição será através de voto secreto, com cédula e urna apropriadas, respeitando o direito de sigilo do eleitor.

6.4 Os produtores culturais com CCM - Cadastro Cultural do Município devidamente regular, poderão se apresentar como candidatos, representando seu segmento cultural devidamente comprovado no CCM, mediante manifestação de vontade própria e com direito assegurado, durante assembleia de eleição para escolha de novos Conselheiros.

6.5 Somente poderão votar os produtores culturais com CCM - Cadastro Cultural do Município regular, e em candidato ao cargo de Conselheiro representante do seu segmento cultural, não sendo permitida votação em candidato de outro segmento cultural que não seja o mesmo do produtor cultural, ora eleitor.

6.6 É proibido eleição em chapa.

6.7 Os representantes escolhidos serão nomeados por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal mediante Decreto Municipal, assim como os Conselheiros indicados pela Sociedade Civil e Poder Público.

7. DO MANDATO E OBRIGAÇÕES DOS CONSELHEIROS ELEITOS

7.1 O mandato dos conselheiros terá duração de 02 (dois) anos e após esse prazo, será realizada nova eleição entre os segmentos culturais confor-

me artigo 4º, inciso III deste regimento interno, e acatadas as indicações dos representantes do Poder Público e Sociedade Civil Organizada, conforme artigo 4º, inciso II, ainda deste regimento interno.

7.2 O mandato dos Conselheiros eleitos e nomeados, conforme artigo 4º deste regimento, finda somente no ato da nomeação por Decreto Municipal dos novos membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais.

7.3 O Conselheiro Titular não poderá se ausentar durante o ano e sem justificativa legal, em mais de duas sessões seguidas, ordinárias e/ou extraordinárias, ou em mais de três sessões intercaladas, ordinárias e/ou extraordinárias do Conselho Municipal de Políticas Culturais, ocasionando seu impedimento e assumindo a vaga em definitivo, o seu suplente.

7.4 O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC não será remunerado, constituindo serviço público relevante prestado ao Município.

8. DA DATA E DO LOCAL

8.1 A data do IV Fórum Cultural e Eleição para Conselheiro Municipal de Políticas Culturais 2024-2026 será no dia 08 de junho de 2024, às 14h horas, no Auditório Farroupilha, no Centro de Eventos Ari José Riedi, à Av. Blumenau, bairro Rota do Sol.

8.2 No anexo I deste edital segue a programação do IV Fórum Municipal de Cultura e Eleição para Conselheiro Municipal de Políticas Culturais 2024-2026.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A divulgação da lista com os nomes dos novos Conselheiros e a cerimônia (simbólica) de posse, se dará logo após Decreto de nomeação expedido pelo Prefeito Municipal. A lista com os nomes, e, posteriormente cópia do decreto serão afixados no mural da Prefeitura Municipal de Sorriso, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude, e ainda na Casa dos Conselhos.

9.2 As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal Cultura, oriundos da seguinte fonte:

- 04.006.13.392.0020.2030 – Manutenção de Atividades do Fundo Municipal de Cultura.

- Caracterização da atividade: Despesas com a manutenção do Fundo Municipal de Cultura, conforme a Lei Municipal nº 2.213/2013.

Sorriso-MT, 10 de maio de 2024.

FRANCISCO DE SALES FERNANDES FILHO

Presidente do Conselho de Políticas Culturais

Decreto Nº 1.071 de 04 de abril de 2024

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO DO IV FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA DE SORRISO-MT
<p>06/06/2024 (noite) 18h30min - Abertura oficial com autoridades; 18h45min - Apresentação cultural; 19h - Apresentação da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude com o Secretário Municipal Salles Fernandes, o Secretário Adjunto Francisco Guimarães e o Produtor Cultural e Coordenador Geral de Polos Culturais Antônio de Paula; 19h30min - Apresentação do PROMIC sobre a Lei Federal Paulo Gustavo e Lei Federal da Política Nacional Aldir Blanc com Francisco Guimarães; 21h - Coffee Break; 21h30min - Debate e adequações da Lei Municipal nº 2.213/2013; Decreto Municipal nº 717/2022 e Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Sorriso CMPC, com Francisco Guimarães; 22h30min - Encerramento.</p>
<p>07/06/2024 (noite) 18h30min - Abertura do segundo dia com o Secretário de Cultura, Turismo e Juventude Salles Fernandes e o Secretário Adjunto de Cultura, Francisco Guimarães; 18h45min - Apresentação Cultural 19h - Palestra com o tema "Patrimônio Cultural", ministrada pela Coordenadora do Centro Histórico-Cultural Benjamin Raiser, Prof.^a Maria Amélia Rossi; 20h30min - Coffee Break 20h45min - Apresentação Cultural</p>

21h - Palestra com o tema "Economia Criativa", ministrada...
 22h30min - Encerramento

08/06/2024 (manhã)

07h - Oficina de Contação de Histórias com o Instrutor de Artes Cênicas da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude, Maurício Ricardo;

09h - Coffee Break;

09h15min - Continuação da oficina;

11h - Pausa para o almoço

08/06/2024 (tarde)

14h - Breve Histórico do Conselho Municipal de Políticas Culturais com o Secretário Adjunto Francisco Guimarães;

14h30min - Eleição para escolha dos Conselheiros Municipais de Políticas Culturais, biênio 2024-2026, conforme Artigo 22, "II", da Lei Municipal 2.213/2013;

15h45min - Intervalo

16h - Continuação e finalização do pleito;

18h - Encerramento da Conferência e 4º Fórum Municipal de Cultura.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1.508, DE 10 DE MAIO DE 2024.

PORTARIA Nº 1.508, DE 10 DE MAIO DE 2024.

Dispõe sobre a concessão de folga compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e

Considerando o requerimento da folga compensatória acompanhado obrigatoriamente da declaração original emitida pela Justiça Eleitoral, mediante protocolo no Departamento de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder folga compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral a Servidora abaixo descrita:

MAT. SERVIDOR	PERÍODO DE USUFRUTO
266 MARIA APARECIDA FERREIRA	10.05.2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 10 de maio de 2024.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESLEN PARRON MENDES

Secretário Adjunto de Administração

Página 1 de 1

(Port. 1508/2024)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1.507, DE 10 DE MAIO DE 2024.

PORTARIA Nº 1.507, DE 10 DE MAIO DE 2024.

Concede ampliação definitiva de jornada de trabalho de 20 horas semanais para 40 horas semanais ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 426, de 19 de dezembro de 2023 a qual dispõe sobre a ampliação de jornada de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais aos Servidores Públicos Efetivos detentores do cargo de Engenheiro Florestal-20 horas;

RESOLVE: